

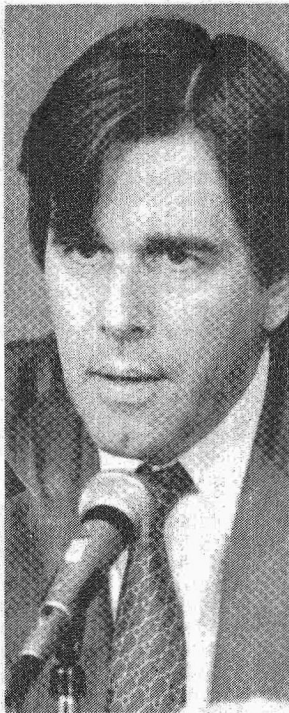
CPI vê descontrole na verba para a Educação

O Governo não dispõe de mecanismos para controlar o cumprimento da Emenda Calmon, que prevê o repasse de 13 por cento do total de impostos arrecadados pela União para a Educação, e os 25 por cento da arrecadação dos estados e municípios. Além disso, 50 por cento das verbas destinadas ao setor não chegam às escolas, e são gastas na máquina administrativa do Ministério da Educação. Estas são as conclusões preliminares da CPI que apura a aplicação dos recursos da Emenda Calmon, iniciada em abril, que deverá ser concluída na próxima terça-feira.

CONTROLE DE RECURSOS

O presidente da comissão, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), pretende propor ao Governo o uso de computadores para controlar os gastos com a educação. "Também faltam mecanismos para indicar o valor real das aplicações no setor, e por isso vamos exigir a transferência imediata dos recursos arrecadados para a educação, para que não cheguem defasados, corroídos pela inflação". A comissão quer ainda que o Governo promova uma análise da distribuição e o uso das verbas destinadas à educação, de modo a controlar de fato estes recursos.

No ano de 88, o MEC repassou Cz\$ 230 bilhões 148



Hugo Napoleão

milhões para a educação, informou o ministro Hugo Napoleão, ao depor na última quinta-feira na CPI, total que representa mais de 13 por cento da arrecadação total de impostos pela União. A maioria dos recursos foi destinada ao ensino superior, que ficou com 80 por cento deste total.

CONCLUSÕES FINAIS

Além de Napoleão, dois ex-ministros da Educação

vão prestar depoimento. São eles, os senadores Jorge Bornhausen e Marco Maciel, que deverão comparecer à CPI na próxima terça-feira, juntamente com o ex-secretário geral do MEC, Aluizio Sotero, que também foi ministro após a saída de Bornhausen, até a posse de Napoleão, ocorrida em novembro do ano passado.

A partir destes depoimentos a CPI deverá elaborar um documento com as conclusões finais da comissão, embora Zanetti espere convocar eventualmente outros depoentes, se houver necessidade, como ele mesmo frisou.

Durante cinco meses — a comissão interrompeu seus trabalhos no mês de julho — foram ouvidos representantes dos docentes universitários e de primeiro e segundo graus, secretários estaduais de educação, e representantes do Governo, entre eles, o presidente do Instituto Econômico e Social (IPEA), Ricardo Santiago.

O presidente do IPEA foi intimado a depor depois que o então presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, solicitou informações sobre um relatório produzido pelo Instituto, denunciando o desvio de verbas. Contrariando o relatório, Santiago disse na CPI que a emenda vem sendo cumprida pela União.